

# **Educação e imprensa em palcos republicanos: Análise de jornais de Patos de Minas/MG (1889–1930)**

---

MÁRCIA HELENA RODRIGUES DE MATOS

*Mestre em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia.*

*e-mail: mhelenarodrigues@yahoo.com.br*

HUMBERTO APARECIDO DE OLIVEIRA GUIDO

*Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Professor associado do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia. e-mail: humguido@pq.cnpq.br*

**Resumo:** Este artigo é o resultado da pesquisa com periódicos que circularam na cidade mineira de Patos de Minas no período de 1889 a 1930. A imprensa local se constitui na fonte da pesquisa; tal pesquisa teve o objetivo de examinar a intensidade dos discursos locais em prol da educação escolar. Sumariamente, aqui, o eixo norteador do manuseio dessas fontes esteve direcionado para a identificação das representações sociais atribuídas à educação escolar, bem como a fundamentação do discurso pedagógico veiculado nos jornais de época. Assim, o andamento da pesquisa permitiu a avaliação das ideias propagadas pela imprensa, procurando aferir a ocorrência do vínculo com o ideário liberal pretendido pela proclamação da República, a saber, o ideário da ordem e do progresso. O resultado final das atividades com as fontes oferece a seguinte compreensão do processo de mudança social no município de Patos de Minas: os artigos selecionados refletiam em seu interior, com raciocínios desarticulados, a concepção de educação suscitada pela introdução do sistema republicano federativo — mais do que a defesa da escolarização para todas as camadas sociais, os articulistas davam assentimento ao novo regime e propagavam a percepção local da ordem nacional. Por fim, o trabalho permite afirmar que a imprensa local não desempenhou as funções de vanguarda e de proponente da escolarização como mobilização para o progresso; esta, contrariamente, limitou-se a aderir ao novo regime, recém-implantado, e fez veicular a sua ideologia.

**Palavras-chave:** república; educação; imprensa; civismo; instrução pública.

**Abstract:** This article results from a research whose sources were newspapers published in the city of Patos de Minas, state of Minas Gerais, between 1889 and 1930. It aimed to examine the intensity of local discourses in favor of school education. According to the guidelines of the history and education historiography research line, the dealing with sources aimed to identify the social representations ascribed to education and how newspapers worked as a vehicle for the pedagogical discourses. The research development allowed to evaluate ideas spread by the press and to verify if the latter kept a link with the liberal ideas of order and progress related to the newly-created Brazilian republic. Results base the following understanding of the social changes taking place in Patos de Minas at the time: though disconnectedly newspapers articles reflected internally a conception of education promoted by the republican system; rather than defend education for all the people, journalists approved the new government regime and spread the local notion of national order. In this regard, this work permits to assert that the local press did not promote education as a way of reaching progress; rather, it adhered to the newly-established regime and acted as a transmitter of its ideology.

**Keywords:** republic. Education; press; civism; public teaching.

## 1. Da pesquisa

Esta pesquisa<sup>1</sup> tomou a imprensa como fonte primária da abordagem histórica, pois o jornal se encarrega de aglutinar os elementos históricos dispersos nos discursos das pessoas de uma determinada comunidade; a análise, a rigor, das fontes leva o pesquisador à reconstrução do discurso, identificando nele as posições e os valores sustentados por um segmento social que encontra na imprensa escrita o meio de divulgação das suas convicções.

Boa parte do objetivo da pesquisa visava a formar o entendimento de como eram apresentados, nos artigos publicados, os assuntos concernentes à educação, se tais artigos incidiam na elaboração do pensamento pedagógico e quais seriam as temáticas mais contempladas pelos jornais. Além disso, trabalhamos com a hipótese de que a imprensa, embora represente uma visão de mundo que pode se constituir em um *corpus* documental de inúmeras dimensões, ela se apresenta como testemunha de métodos e concepções de um determinado período; não raro trabalhando sob o domínio de forças políticas que, em determinada época, representavam os interesses da classe dominante, propagando aí (suas) ideias e legitimando-as por meio de suas publicações.

No desenvolvimento da pesquisa, o *corpus* documental foi constituído pelos seguintes periódicos: *O Trabalho* (1905), *O Grito* (1915), *A Carapuça* (1915), *O Riso* (1915), *Cidade de Patos* (1915), *A Metralha* (1917), *O Federalista* (1919) e *Gazeta de Patos* (1929). Cumpre aqui ressaltar que as edições manuseadas encontram-se no Centro Histórico de Patos de Minas e, também, no Laboratório de Pesquisa e História do UNIPAM.

Depois da análise e catalogação do material histórico, o trabalho de pesquisa se deteve naqueles textos jornalísticos que atendiam aos eixos temáticos abordados, a saber: progresso e modernização da sociedade por intermédio da educação escolar. A análise incidiu, também, sobre os recursos gráficos e de propaganda utilizados no tratamento do tema, sendo frequentes os anúncios de colégios e de professores; essas peças de propaganda estão articuladas com o contexto histórico social, político e econômico local. A análise documental ratificou a efervescência ideológica da implantação do regime republicano; e as mudanças profundas no cenário nacional em todos os meandros da sociedade e, em especial, na esfera educacional justificam o recorte temporal da pesquisa: 1889–1930. Esse período significou um marco na história da educação brasileira, por representar uma época fértil, graças à ebulição de ideias e aos intensos debates voltados para a situação educacional, que repercutia em todo o país.

Após o levantamento da documentação (287 artigos), que representou riquíssimo material histórico a ser trabalhado, iniciamos a análise e a catalogação das publicações, promovendo a categorização das mesmas, classificando os gêneros jornalísticos, os eixos temáticos abordados, dando atenção também aos recursos gráficos e de propaganda utilizados no tratamento do tema educação, articulando-os com o contexto histórico social, político e econômico local e nacional, no período republicano, visto que

---

<sup>1</sup> Este trabalho é fruto da pesquisa realizada na Dissertação de Mestrado intitulada: *Educação e imprensa em palcos republicanos: análise de jornais de Patos de Minas/MG (1889-1930)*, defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, sob a orientação do professor Dr. Humberto Aparecido Guido.

esse período representou um tempo de efervescência ideológica, marcado por profundas mudanças no cenário nacional, em todos os meandros da sociedade e em especial na esfera educacional.

## ***2. Ruptura política e manutenção da ordem: república e educação***

Ao ser implantado no Brasil, o regime republicano trouxe consigo, sob a égide do positivismo<sup>2</sup> e do liberalismo, oriundos da Europa e dos Estados Unidos da América, ideias que exaltavam o nacionalismo e a formação de um novo homem que conseguisse conjugar as necessidades de seu tempo com os anseios da formação do novo Estado brasileiro. Para tanto, fez-se necessária a reestruturação dos diversos setores da sociedade, inculcando, assim, nos grupos sociais, os princípios éticos e morais do Estado Republicano.

Politicamente, o Brasil apresentava-se sob o domínio do coronelismo, que se constituía no elemento formador da base da estrutura do poder do país, reafirmando-se, no Regime Republicano, como elemento retroalimentador das formações oligárquicas, alocando-se na então chamada “Política de Governadores”.

Embora o período republicano sinalizasse mudanças, pois estava sendo implantado um novo regime de governo, Nagle afirma que

[...] a implantação do regime republicano não provocou a destruição dos clãs rurais e o desaparecimento dos grandes latifúndios, bases materiais do sistema político coronelista. Ainda mais instituindo a Federação, o novo regime viu-se obrigado a recorrer às forças representadas pelos coronéis, provocando o desenvolvimento das oligarquias regionais que, ampliando-se, se encaminharam para a “política dos Governadores”. Assim os “homens mais importantes do lugar”, pelo seu poderio econômico, político e social, mantiveram mais fortemente ainda como chefes como chefes das oligarquias regionais e, dessa forma atuaram como as principais forças sociais no âmbito dos governos estaduais e Federal (NAGLE, 1974, p. 4).

A conjuntura política vigente conseguiu permanecer inalterada no momento da mudança de regime político, e as condições políticas estavam sendo perpetuadas, sinalizando assim a manutenção de um imobilismo estrutural que, embora demonstrasse claros sinais de abalo, estava longe de ruir-se. Nesse período, o Estado brasileiro encontrava-se entregue a uma composição de poder restrita e dominadora. Alastrava-se pelo

---

<sup>2</sup> Carlos Henrique de Carvalho, no livro *República e Imprensa* (2004), faz observações interessantes ao referido termo. O pensamento positivista foi marcante no Brasil durante o final do séc. XIX e início do séc. XX. No campo educacional sua influência advinha da sociologia de Durkheim, segundo o qual “a ação pelas gerações adultadas sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social, tem por objetivo suscitar e desenvolver na criança, número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política no seu conjunto e pelo meio espacial a que a criança particularmente se destina” (DURKHEIM, 1978, p. 41).

país uma política baseada nos jogos de poder e interesses que iriam marcar a história do país.

Imbricado, conseqüentemente, a este cenário nacional de transformações, o estado de Minas Gerais destaca-se na luta pela hegemonia do poder. Nessa perspectiva, Minas divide com São Paulo o controle político do país. Desta forma,

São Paulo tem como base de sustentação de sua importância política a economia – a maior renda do País, extraída do café. No caso de Minas, a segunda força econômica do País, seu prestígio político se deve, especificamente a sua capacidade de colocar-se dentro da política dos governadores (PEIXOTO, 1983, p. 50).

Cumprir notar que o país teve no período de 1889 a 1930, por três vezes, políticos do estado de Minas Gerais ocupando a presidência da República, transformando-se em expoente político de importância decisiva na bancada federal. No que concerne ao destaque político de Minas, este se deve principalmente à sua unidade política, característica que lhe proporcionava grande poder, além de conferir ao Presidente da República um apoio fundamental para que o sistema federativo acontecesse de maneira efetiva.

Além dos aspectos acima ressaltados, o estado de Minas Gerais destacou-se também no campo educacional. Valendo-se da situação conjuntural que de uma maneira geral preconizava a disseminação da educação, Minas desenvolveu um programa em favor da propagação de escolas primárias e elaborou reformas educacionais com repercussão nacional, tornando-se, conseqüentemente, líder na divulgação de movimentos em prol da educação que, de acordo com Peixoto, já na década de dez, passa a ocupar um lugar de destaque na política do país (cf. PEIXOTO, 1983, p. 41).

Nesse sentido, há que se destacar que a implantação do novo regime trouxe novamente a discussão dos problemas nacionais. Portanto, afloram-se as desestruturas, evidenciando assim as lacunas subjacentes ao sistema. Neste novo contexto, a educação passa a ser vista pelos republicanos como objeto de democratização e desenvolvimento para amalgamar o povo na busca de uma unidade nacional. Desse processo, a educação eclode, como afirma Carvalho, “[...] como uma das vias de ‘civilização’, de formar o cidadão para a República ‘democrática’ que se anuncia, de se ascender o país ao estágio das nações desenvolvidas.”

As considerações feitas até aqui levam à constatação de que o período Republicano foi cenário de fervorosos debates que nortearam as ideias pedagógicas, o que contribuiu para o avanço da educação no país. Segundo Carlos Henrique de Carvalho (2004),

observar-se, pois, que esse período foi um dos mais importantes para a história da educação no Brasil, quando se delinearam e firmaram ideias pedagógicas que acabaram por orientar a evolução educacional e a busca de soluções para os problemas da educação, em que pode-se destacar: movimento contra o analfabetismo; busca da extensão quantitativa e da melhoria qualitativa da escolaridade; movimento pela profissionalização dos educadores e mobilização da sociedade pela difusão do ensino elementar. Entretanto,

apesar de ter sido um período fértil, o país apresentava uma situação de escolarização bastante deficitária (CARVALHO, 2004, p. 40).

Embora tenha se apresentado como um período de destaque no quadro educacional brasileiro, não podemos negar que a República também se caracterizou por profundas desigualdades sociais. Devido a esse fato, a educação assumiu um caráter dualista, transformando-se em uma grande distorção, pois não conseguiu aplainar as contradições políticas, econômicas e sociais. E na tentativa de reestruturar o modelo educacional, as reformas de ensino, embora consideradas importantes por sinalizarem mudanças expressivas na educação brasileira, reforçaram o dualismo, ao legitimar os preceitos políticos que estavam sendo firmados em nome do desenvolvimento do país, fazendo com que as causas educacionais como aspecto social não detivessem suas especificidades nesse campo, mas migrassem para o campo político e econômico, colocando-as a serviço do poder e usando-as para dar sustentabilidade à ordem e ao progresso tão almejados pela elite dirigente do país.

O período histórico em discussão se mostrava também como o momento de homogeneização da cultura, por um consenso de unidade nacional. E essa unidade só seria conseguida via educação, por meio da instrução. Porém, uma instrução mínima necessária, ou seja, a educação primária. Afinal, o país apresentava no início do séc. XX uma população composta de 80% de analfabetos e, nesse momento, todos os esforços estavam centrados em instrumentalizar a população para atender às necessidades exigidas pelo novo contexto.

Daí a necessidade de se construírem grupos escolares e promover reformas estaduais e federais. Vale lembrar aqui que o elemento usado para amalgamar esse novo tempo de profundas modificações e que se transforma em um eixo norteador para legitimar os preceitos da classe dirigente do país é a educação; na nova configuração, a instrução pública passou a ser usada como instrumento viabilizador de um processo civilizatório, buscando, dessa maneira, formar o cidadão para uma sociedade “democrática” de direito aos moldes do liberalismo. A partir desse momento, inicia-se um intenso debate acerca da educação no país. Essa inquietação de ideias culminou em reformas educacionais que almejavam uma maior organização e estruturação do sistema educacional brasileiro.

O espírito republicano, gradativamente, penetrou na sociedade brasileira, e a educação passou a ser considerada, pela primeira vez, como o “motor da história”, o que irá caracterizar paulatinamente o Entusiasmo da Educação e o Otimismo Pedagógico. Ainda de acordo com Carvalho (2004), a educação passou a ser apresentada como uma verdadeira panaceia. Dessa forma,

o pensamento básico poderia ser explicado assim: todos os males estavam na ignorância reinante; a educação apresentava-se então como o problema principal do país e a solução de todos os problemas sociais, políticos e econômicos estaria na disseminação da instrução (CARVALHO, 2004, p. 34).

O nascimento da República deu início a uma alteração nos instrumentos e con-

teúdos pedagógicos, dado que, até então, a questão da educação, como sendo instrução para o povo, sequer era discutida. E essas discussões em torno de uma estruturação educacional irão materializar-se no Otimismo Pedagógico e no Entusiasmo pela educação. Jorge Nagle considera que o Entusiasmo pela Educação e o Otimismo Pedagógico foram movimentos que alavancaram fervorosos debates acerca da educação em todo o país, culminando na criação da ABE, que, de acordo com suas observações, teria surgido como desdobramento do Entusiasmo pela Educação.

O entusiasmo pela educação e otimismo, que tão bem caracterizam a década dos anos vinte, começaram por ser, no decênio anterior, uma atitude que se desenvolveu nas correntes de idéias e movimentos político-sociais e que consistiam em atribuir importância cada vez maior ao tema da instrução, nos seus diversos níveis e tipos. É essa inclusão sistemática dos assuntos educacionais nos programas de diferentes organizações que dará origem àquilo que, na década dos vinte, está sendo denominado de entusiasmo pela educação e otimismo pedagógico. A passagem de uma para outra dessas situações não foi propriamente gerada no interior desta corrente ou daquele movimento. Ao atribuírem importância ao processo de escolarização, prepararam o terreno para que determinados intelectuais e “educadores” – principalmente os “educadores profissionais” que apareceram nos anos vinte – transformassem um programa mais amplo de ação social num restrito programa de informação, no qual a escolarização era concebida como a mais eficaz alavanca da História brasileira (NAGLE, 1974, p. 101).

Em 1924, surgiu a Associação Brasileira de Educação (ABE), formada por um grupo de intelectuais que tinham como objetivo sensibilizar o poder público e os educadores para os profundos problemas educacionais existentes no país. Neste sentido, Marta Maria afirma: “tratava-se de organizar um amplo movimento de opinião pública, voltado para as questões educacionais e, para tal fim, o discurso cívico e a propaganda da educação eram também os discursos principais” (CARVALHO, 1988, p. 60).

A ABE disseminou pelo país um discurso cívico, buscando por meio da unidade nacional introduzir via educação e em nome do progresso um novo modelo de “homem” que atendesse às atuais necessidades do novo tempo e, para isso, seria necessária uma verdadeira campanha de saneamento que extirpasse da sociedade brasileira todos os males. Sobre este aspecto, Marta Maria de Carvalho afirma que

condensando os males do país da metáfora de um brasileiro indolente e doente e as esperanças da erradicação desses males na ação de uma “elite” dotada de poderes demiúrgicos, o discurso cívico da ABE é discurso profilático erigindo a questão sanitária em metáfora da situação nacional e a obra educacional em obra de saneamento (CARVALHO, 1998, p. 145).

É interessante observar que, historicamente, os acontecimentos apresentam-se muitas vezes entrelaçados. Já em outros momentos, transformam-se em instrumentos que alavancam e impulsionam outros acontecimentos de maior porte, que se tornam mais significativos, e desdobrando-se a partir de uma matriz ideológica, cria um “corpus” e toma uma direção por si mesmo. Assim, podemos dizer que o entusiasmo edu-

cacional e o otimismo pedagógico e até mesmo a criação da ABE desencadearam, por meio de manifestações culturais, intensos debates que se alastraram pelo país, reforçando cada vez mais a crença no poder regenerador e reestruturador da escola, consubstanciando, portanto, reformas e movimentos que marcaram nossa história. Neste sentido, toda esta ebulição de ideias iria culminar em dois acontecimentos de suma importância para a educação brasileira.

O primeiro fato que merece menção foi a Reforma Francisco Campos, de 1931, a qual marcou o início de uma ação mais objetiva do Estado em relação à educação. Para Peixoto,

constituiu a reforma um marco do início de um processo de transferência para o Estado, das formas de controle da inculcação ideológica e da socialização, vinculadas, até este momento, a entidades ligadas à esfera da sociedade civil. Esta guinada no campo da educação constitui um dos primeiros passos no sentido de se impor ao país um Estado capaz de gerenciar, em nome dos princípios da técnica e da eficácia, todos os setores da vida nacional (PEIXOTO, 1983, p. 172).

Esta reforma assumiu para si a responsabilidade de conduzir o país no âmbito educacional, sendo uma das primeiras a oferecer uma estrutura orgânica à educação. Cabe salientar que essa reforma estava sendo imposta em todo o território brasileiro, ou seja, a legislação de ensino teria de ter aplicabilidade em todo o país, fazendo, assim, com que o problema educacional fosse discutido e resolvido de maneira ampla, e não somente no interior dos estados, como geralmente ocorria até então.

O segundo fator determinante, de maior relevância para este estudo, foi o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Esse manifesto, elaborado em 1932 por Fernando de Azevedo e assinado por 26 educadores brasileiros, líderes do movimento de “renovação educacional”, já de início enfatiza a importância da relação dialética que deve existir entre educação e desenvolvimento, e destaca a primeira como sendo fundamental, o carro-chefe do desenvolvimento do País e um dos principais problemas da nação.

Pois como diz o movimento, se a evolução orgânica do sistema cultural de um país depende de suas condições econômicas, é impossível desenvolver as forças econômicas ou de produção, sem o preparo intensivo das forças culturais e o desenvolvimento das aptidões à invenção e à iniciativa que são os fatores fundamentais do acréscimo de riqueza de uma sociedade (Manifesto dos pioneiros da educação da Escola Nova, 1934).

Entretanto, o Movimento Renovador teve suas vitórias e suas derrotas, pois apesar do Manifesto estar engajado na luta pela educação, estruturada e orgânica, e ter consciência da defasagem existente entre a escola e o desenvolvimento, ele não se comprometia na luta pela redução dessa defasagem. Fica claro que este documento não questionava a nova ordem que estava sendo implantada; pelo contrário, ele propunha a adequação do sistema educacional a essa nova ordem.

Porém, devido a questões políticas o movimento renovador da educação entrou em hibernação por um longo período, ao menos no campo das ideias, pois no campo

efetivo os educadores continuaram sua luta. A conjuntura nacional se mostrou presente nas questões relativas ao cotidiano das regiões interioranas do país; portanto, em Patos de Minas, os ventos da modernização da sociedade brasileira se fizeram sentir; abaixo são apresentadas as condições de vida do *locus* da pesquisa realizada.

### ***3. A configuração da cidade e o surgimento da imprensa***

Alguns memorialistas oferecem os subsídios básicos para a identificação dos elementos que configuraram a constituição da cidade de Patos de Minas. A partir da análise de documentos publicados por Fonseca (1974), recolhemos os seguintes dados.

Em 1832, por intermédio do edital baixado pela Câmara de Paracatu, é criado o distrito. Dessa maneira, a antiga povoação denominada “Os Patos” passa denominar-se Santo Antônio da Beira do Paranaíba.

O pedido de elevação do distrito à categoria de vila foi formalizado em 25 de dezembro 1856. Entretanto, a espera durou dez anos, pois somente em 30 de outubro 1866 seria promulgada a carta emancipatória pela lei 1291. E somente em 29 de fevereiro de 1868 se deu a efetiva instalação do município do Santo Antônio dos Patos. É importante ressaltar que a instalação da vila consubstanciou grande luta da população.

Segundo Fonseca (1974), no pedido para a elevação de Santo Antônio dos Patos à vila constava:

O Arraial de Santo Antônio dos Patos, banhado por um grande rego de excelente água, mais de cento e noventa casas habitadas, cuja Freguesia tem perto de 4.000 almas, é situada em alta e aprazível planície, entre a Mata da Corda e o Rio Paranaíba, na estrada que se dirige para o Sertão dos Alegres, Santo Antônio do Garimpo, Paredão, Arraial da Catinga, Ouro-Cuia, e para a cidade do Paracatu, cujos lugares são abastecidos pelos víveres e tabaco, que superabunda a agricultura de que trata o crescido número de fazendeiros desta Freguesia, e que além dos precitados atributos, também a importação aproximada é de 120:000\$000 rs... e a exportação de 200:000\$000 rs... anualmente. [...] Os representantes esperam das mãos benéficas da Digníssima Assembléia a deliberação pretensa, como epíteto eficaz dos males que sofrem, não só acerca do expendido, como até da falta de polícia, que será reparada logo que haja uma casa de custódia, ao passo que prospera a educação pública. Deus vos guarde. Freguesia de Santo Antônio dos Patos, 25 de dezembro de 1856 (FONSECA, 1974, 77 e 78).

Ainda dos documentos publicados por Fonseca é constatado que em 24 de maio de 1892 o governo eleva a “toque de caixa” à categoria de cidade todas as vilas-sedes de comarcas. Dessa maneira, a vila de Santo Antônio de Patos foi uma das elevadas, pois se encontrava na condição de sede de comarca.

Assim, estava concebida a cidade de Patos de Minas, que começava a encorporar-se, dando sinais de sua emancipação. Quanto a isso, podemos observar que todo o ato de “emancipação” emanava do poder central; logo, a autonomia das regiões estava condicionada às elites dirigentes do país que a despeito dos interesses dos habitantes, exercia um forte controle social e determinava as diretrizes a serem seguidas. Nesse



sentido, a direção política da cidade de Patos encontrava-se nas mãos dos “homens bons”, que almejando o progresso da cidade conduziam o povo rumo à urbanização. E sob o julgo daqueles que concentravam em torno de si maior poder econômico e consequentemente maior poder político, configurou-se juntamente com o crescimento da cidade, a hierarquia do poder.

Concomitantemente à urbanização, surgem necessidades urgentes de desenvolvimento em todos os setores da sociedade. E o discurso progressista conclamado pelas elites apelava para a ampliação do transporte, comunicação, saúde e educação objetivando, assim, a criação de uma infraestrutura que desse sustentáculo ao desenvolvimento e ao progresso. Surge, então, em 1825, a escola de primeiras letras. Entretanto, existem aí elementos que, segundo Fonseca, caracterizavam-se como dificultadores do processo educacional:

A vastidão da Província, escassos meios de comunicação, as distâncias que medeavam entre os habitantes constituíam alguns dos fatores, pelos quais o governo dava maior atenção ao ensino nas regiões de formação populacional mais compacta. Outro fator, o maior, era mesmo a falta de mestres, capazes de preencher as exigências do ensino. Ainda, a pouca disposição que os mais capacitados tinham de arredar pé das cidades ou vilas mais importantes: Ouro Preto, Sabará, Barbacena, São João Del Rei e outras (FONSECA, 1974, p.123).

A oficialização do ensino em Patos de Minas data de 1853, ocasião em que é criada a primeira “cadeira de instrução primária” tendo como primeiro professor Francisco de Paula e Souza Bretas, nomeado em 13 de maio de 1853, permanecendo no cargo até 1957, ano em que, devido a interesses políticos locais, pede demissão.

No que se refere à instrução, o governo enfrentou sérios problemas, pois era muito difícil achar professores disponíveis ou devidamente habilitados para ensinar em lugares distantes e em vilas de maior importância. Além disso, constituiu problema de maior dimensão a falta das cadeiras para o sexo feminino. Apesar das dificuldades, a nomeação da primeira mestra, Maria Madalena de Negreiros Maciel, ocorreu em 1868. A partir de dados levantados por Fonseca (1974), observamos que

o presidente da Câmara de Patos, Dr. Marcolino de Barros, informava em 1912, o número de escolas mantido pelo legislativo municipal. Quatro escolas, sendo 3 do sexo masculino e 1 de ambos os sexos. Nas 3 primeiras, estudavam 154 alunos. Na escola mista, 36 alunos e 11 alunas. Na mesma época funcionavam 4 escolas particulares, sendo 2 do sexo masculino com 31 alunos, 1 do feminino com 23 alunas, e 1 mista com 39 alunos e 24 alunas. [...] O recenseamento de 1920 apurou, 1.088 mulheres sabendo ler e escrever na sede do município [...] (FONSECA, 1974, p.134).

Representando um grande avanço no campo educacional e apresentando-se como imponente elemento do progresso em Patos de Minas, o Grupo Escolar Marcolino de Barros é instalado em 4 de junho de 1917, tendo como diretor o professor Modesto de Mello Ribeiro.

Paulatinamente, o cenário educacional de Patos de Minas começa a firmar-se como palco de manifestações culturais que anunciavam paradigma de conduta e posturas individuais em nome da harmonia coletiva, tão almejada pelos benfeitores de Patos; incasáveis “guardiões do progresso” que tomam para si a missão de guiar o povo para a edificação da cidade civilizada. Ideia essa, amalgamada pelos princípios da moral e dos bons costumes.

A elite, tomando para si os “louros” do progresso da cidade, conduzia o povo rumo à modernidade, por meio da disciplinarização, articulando mecanismos de controle com o intuito de moralizar a mesma, fazendo com que o povo assimilasse suas ideias sentindo-se como parte constitutiva e indispensável do processo de modernização.

Vários fatores são utilizados para disseminar a ideia de progresso; fatores esses que atingem muito a vida cotidiana e o imaginário das pessoas. Isto posto, surge em Patos de Minas, da elite para as elites, a imprensa, processo que não poderia ser diferente, uma vez que o povo não tinha instrução para encabeçar a criação de um evento de tamanha magnitude, tarefa atribuída a homens letrados, como foi o caso de Fortunato Pinto da Cunha que, segundo Fonseca (1974), cria o primeiro jornal de Patos de Minas, *O Trabalho*, lançando o primeiro número a 15 de agosto de 1905.

Surgem, então, em Patos, os jornais que, apesar de não circularem regularmente, reclamam para si a responsabilidade de propagar e exaltar valores e normas de conduta que, não raro, estavam em conformidade com as representações vigentes da ordem e do progresso.

Neste sentido, a imprensa passa a simbolizar mais do que a informação, e por ser portadora da verdade, apresenta-se altiva e inquestionável aos olhos do povo. Assim, consta nos registros de Fonseca (1974):

Nestas colunas nunca tal permitimos, nem permitiríamos, pois compreendemos a imprensa como a luz serena e imperturbável que com seus raios tranqüilos nos apontam o caminho do bem, pois quer a LIBERDADE; da razão, pois quer a JUSTIÇA; do coração pois, quer a DIGNIDADE, do benefício de todos nós, pois tem por fim problemas a se resolverem, princípios a se discutirem, fins a colimarem, todos tendendo o benefício comum (Dr. Antonio Nogueira de Almeida Coelho “O Trabalho” – n.º 36 15/08/1906, apud FONSECA, 1974, p. 201).

Dessa forma, a Imprensa segue produzindo e cristalizando no seu interior valores e personagens, ditando regras de bem viver, exaltando a necessidade de se combater valores que ameacem a ordem social vigente, bem como as representações que por ventura possam desmistificar os ideais que apontam para o progresso.

#### ***4. Imprensa e Educação: relação do discurso com as práticas políticas***

Nos discursos elaborados pelos articulistas dos jornais, é possível avaliar as preocupações sociais, as concepções educacionais e as aspirações políticas de uma sociedade. Logo, o estudo da imprensa permite-nos analisar nas entrelinhas de suas publi-

cações todo um conjunto de representações em torno da realidade social. Por meio de tal estudo, procuramos caracterizar a formação de um modelo educacional que estava sendo almejado e amplamente discutido no país e, especificamente, em Patos de Minas.

Com o intuito de oferecer uma visão mais ampla do pensamento educacional que permeou a cidade de Patos de Minas no período de 1889 a 1930, selecionamos alguns artigos de jornais, articulando-os com o contexto nacional e regional, buscando identificar por meio das ideias divulgadas pela imprensa as principais iniciativas para a consolidação do ideal republicano na cidade. Não obstante isso, procuramos identificar quais os princípios que norteavam as ideias pedagógicas do período estudado.

A ideia disseminada no país de que era necessário combater o analfabetismo via instrução primária, para alcançar a passos largos o almejado progresso que colocaria o Brasil na marcha dos “povos civilizados”, foi amplamente articulada pelos jornais:

A civilização é o aperfeiçoamento progressivo dos homens na sociedade. As nações tendem naturalmente a aumentar suas luzes, seu bem estar e todas as vantagens que resultam do trabalho e dos esforços communs de seus membros. O desenvolvimento da moral, da sciencia, da literatura, das artes, da legislação, do commercio, da industria e da agricultura, indica o gráo de civilização ao qual pode cada povo chegar. [...] Si a civilização fez o desenvolvimento da sciencia, das bellas artes e da litteratura, é porque não pode haver civilização sem o conhecimento do justo, do agradável e do necessario. E como pode o homem pensar sobre o que lhe importa de mais necessario a conhecer? Como discernir os direitos e os deveres do individuo, da familia, da sociedade religiosa e da sociedade civil? Como observar as regras do honesto, do justo, do bem e cumprir os seus deveres para com Deus, para com os seus semelhantes e para consigo? Jamais poderá ser bom cidadão, jamais poderá amar a sua patria o homem ignorante, razão por que affirmo que sem instrucção não pode haver civilização, não pode haver progresso. E no entanto a nossa mocidade é discuidada d’ella não se pensa! Infelizmente ainda não temos no nosso vasto e esperançoso municipio um só estabelecimento onde os jovens filhos do sertão possam receber a luz da instrucção civica e religiosa. Crescem embebidos nos vicios e na mais depravada corrupção. Façamos justiça, sejamos civilizados e instruíamos a mocidade, esperança do porvir! (*A Instrucção da Mocidade. O Trabalho*. Cidade de Patos, Anno 1, n.4, 20 set. 1905, p. 3).

Com as “luzes” do progresso, tornava-se imperativo instruir a mocidade. Por isso, a necessidade de criação de estabelecimentos de ensino era amplamente divulgada nas páginas dos jornais:

Jamais poderá ser bom cidadão, jamais poderá amar a sua patria o homem ignorante, razão por que affirmo que sem instrucção não pode haver civilização, não pode haver progresso. E, no entanto a nossa mocidade é discuidada, d’ella não se pensa! Infelizmente ainda não temos no nosso vasto e esperançoso municipio um só estabelecimento onde os jovens filhos do sertão possam receber a luz da instrucção civica e religiosa. Crescem embebidos nos vicios e na mais depravada corrupção. Façamos justiça, sejamos civilizados e instruíamos a mocidade, esperança do porvir! (*A instrucção da mocidade. O Trabalho*, Cidade de Patos, anno 1, n. 4, 20 set. 1905, p. 3).

Ao enfatizar a importância da religião, da pátria e da família, o articulista explicita um forte apelo a essa tríade amplamente valorizada pela coletividade, sinalizando a importância da manutenção dessas instituições, que, segundo o autor, são as bases para a instrução da mocidade.

Meus amiguinhos é para vós este artiguinho que hoje rabisco; si vo-lo dedico é com o fim unico de dar-vos um bom conselho, chamando ao mesmo tempo a atenção de vossos paes, parentes e amigos dos quaes depende a vossa educação e o vosso futuro [...] a mocidade é o futuro da patria, a sua instrucção é o manancial da ordem e do progresso. A religião, a patria e a familia reclamam a instrucção da nossa mocidade que, uma vez instruida é como uma nau embandeirada prestes a fazer vella em mar bonançoso, onde encontraremos as bazes do direito social, o principio de auctoridade, a constituição da familia e o amor da patria tendo por guia o sopro benefico e indispensavel da religião. Mocidade esperançosa, filho do povo e nascido para o povo, vivo sosinho no mundo tendo por tecto o firmamento, por minha familia a humanidade, por guia a religião. Hoje me consagro a vós visando o vosso porvir repleto de luzes. Não permittaes que eu lucte sosinho; deveis reclamar, tambem de vossos paes a vossa instrucção; deveis reclamar com insistencia a instrucção para vossos espiritos como o melhor thesouro, como a melhor herança, porque esse thesouro e essa herança nem a morte vol-os pode roubar. (A instrucção da mocidade. *O Trabalho*. Cidade de Patos, anno 1, n. 6, 9 out. 1905, p. 1-2).

Os jornais, mediante os seus artigos, enalteciam a educação como elemento de instrumentalização que lançaria as novas bases de sustentação para a configuração de uma sociedade democrática, viabilizando a construção da grande nação brasileira, como podemos observar nesta publicação:

A Eschola é um sagrado templo, onde se prepara o destino de um povo. A felicidade ou infelicidade de um paiz, deve-se á boa ou má educação do seu povo, e uma ou outra dimana (brotar) da eschola. O progresso humano, sob os seus varios aspectos, tem na eschola suas raizes, que dão a grande arvore, sob cuja copa cada um de nós vae descansar dos horrores desta vida, buscando conforto e coragem para arrostar (encarar) todas as dificuldades contra a ignorancia. Espalhae escholas, disseminando uma bôa e san educação, que veremos feliz o povo que as tiver. Não tenha escholas um povo, que vel-o-emos praticando todos os vicios, cego a se perder pela escuridão das trevas da ignorância. [...] (X. *A Eschola*. *O Riso*, Cidade de Patos (Minas), 19 jun. 1915, n. 11, p. 1).

Existia, por parte da imprensa, uma verdadeira campanha no sentido de consubstanciar na cidade a instalação do grupo escolar em decorrência da reforma do ensino primário. É importante ressaltar que esses grupos iriam configurar-se como principal elemento propagador dos ideais republicanos, que via na instrução pública o melhor caminho para legitimar seus preceitos, fazendo emergir uma nova sociedade, calcada nos princípios da ordem e do progresso:

A reforma do ensino primario, em boa hora confiada ao governo do Estado, vai sendo acolhida com justas sympathias e bem fundadas esperanças, por todos aquelles que se interessam pela educação e instrucção populares. Nota-se mesmo um certo enthusiasmo, um novo sopro de vida, de fé, em nosso povo, que parece despertar de sua apathia culpavel, de sua indiferença criminosa. De todos os recantos da patria mineira irrompem expontaneos, os mais francos encomios ao governo pela energia e particular attenção com que se dedica a este iportantissimo ramo da administração publica. Diversas camaras municipaes procuram secundar a acção do governo offerecendo-lhe predios destinados á installação de grupos escolares, concorrendo assim para a diffusão do ensino. Fulgamos de consignar aqui e tambem a nossa edilidade emprega todos os esforços para dotar esta cidade com este importante melhoramento. Acreditamos que a criação desses grupos vem operar uma verdadeira transformação no ensino, tornando-o uma realidade. Não nos devemos deter portanto ante sacrificio algum para a consecução desse desideratum, pois que sem instrucção não pode haver felicidade: é ella a mais segura garantia de um futuro melhor e nella repousam as nossas mais gratas esperanças (*Instrucção Publica. O Trabalho. Cidade de Patos (Minas), anno 2, n. 4, 9 dez. 1906, p.1.*)

Outro momento registrado com ênfase pelos jornais foi o empenho dos “representantes do povo” na luta pela construção do grupo escolar, que iria preparar e instruir convenientemente o povo patense rumo ao desenvolvimento, renovando, assim, a sociedade dentro da ordem:

Ha tempo que tomou a si a ardua tarefa de levantar a estatistica da população infantil em idade escolar e, nesse sentido não poupando esforços deu conta de sua missão ao digno Secretario do Interior o nosso director Dr. Laudelino. Si parecesse que a idéa não merecia por parte de S. S. o carinho devotado, por certo o seu ardor ter-se-ia arrefecido deante de qualquer estorvo que lhe antolhasse; as barreiras cederam ao grandioso impulso e auxiliado pelo Cel. Farnese Dias Maciel e pelo provento professor Modesto de Mello Ribeiro sahiu a campo colhendo assignaturas para a construcção do Grupo Escolar na nossa cidade, encontrando o melhor acolhimento por parte de todos aque se têm dirigido em busca do auxilio que será a base para que magestoso se engaja na nossa cidade o edificio que registrará o marco do nosso devotamento a causa da instrucção do povo em todas as suas classes, base essencial, para o nosso progresso material e intellectual, freio irresistivel à corrupção dos costumes que, ao Deus dará, se vão pervertendo do berço a velhice. Encorajados pelo brilhante resultado que vão colhendo os illustres campeões da educação infantil, dão razões para que se supponha em pleno resultado tão valioso tentamen que será o attestado mais indefectivel do espirito adiantado e progressista do nosso povo, fazendo fructificar desde já as suas mais ardentes aspirações e quando amanhã o Governo e os homens grados da Republica vierem nos trazer as suas alviçaras pela inauguração da Estrada de Ferro Goyaz silvando, fumarente entre nos, deante do templo de Minerva da casa onde o povo se vae habilitar para as suas grandes emprezas na vida, hão de render homenagens a esse povo que por sua iniciativa propria procura se afastar do cahos onde a ignorancia e o crime se anivelam. O problema da instrucção publica, é, no primeiro plano das plataformas dos governos intelligentes a principal idea que a deve empolgar, e a razão ahi está frisante na observação dos factos – tanto maior é o desenvolvimento do povo quanto maior é o numero de suas escolas. [...] (*Grupo Escolar. O Trabalho. Cidade de Patos (Minas), anno III, n. 62, 20 ago. 1908, p. 1-2.*)

O grupo Escolar Marcolino de Barros se tornara, finalmente, parte do cenário da cidade. O sonho republicano dos benfeitores patenses se materializara. O povo agora se desdobrava em comemorações cívicas e fervorosos discursos ecoavam pela cidade, exaltando o símbolo da modernidade e do progresso. A elite republicana erguia, na cidade, seu principal reduto, e, embalados pela euforia do povo patense, os jornais anunciavam o grande acontecimento com louvor:

Effectuou-se, no dia 4 do corrente, conforme fora annunciada, a installação do Grupo Escolar desta cidade, longa aspiração do povo de Patos, que agora vê iniciar-se uma nova phase para a instrução da infância. [...] Verificou-se a matricula de 323 alumnos, tendo comparecido 220, e respondido à chamada, 180. Usaram da palavra os Srs. Drs. Marcolino de Barros, Euphrasio Rodrigues, Laudelino Gomes, Mauricio Pottier Monteiro, e mais o Sr. Cônego Getulio de Mello e acadêmico Antonio Maciel, fazendo todos, elevadas considerações sobre a solemnidade que se realisava e os fecundos resultados que se esperam dessa importante aquisição para Patos. Procedeu à benção do edificio o Revmo. Cônego Getulio, servindo de paranyphos os Drs. Antonio Carlos Soares de Albergaria e Mauricio Pottier Monteiro, Juizes de Direito e Municipal. Foi elevado o comparecimento de famílias e cavalheiros que alli se achavam representando a população de Patos. Abrilantaram a soleminidade as duas corporações musicaes, executando alegres trechos. Pelo Sr. Fortunato Pinto da Cunha, hábil photographo, foram apanhadas as photographias do Grupo, meninos e corpo docente, sendo erguidos, ao som do hymno nacional, entusiasticos vivas ao Presidente do Estado, ao Secretario do Interior, ao Dr. Marcolino de Barros, e ao povo de Patos. (Solemnidade da Installação do Grupo Escolar de Patos. *Cidade de Patos*. Patos de Minas, anno 3, n. 119, 10 jun. 1917, p. 1).

O empenho dos articulistas dos jornais em exaltar a importância da educação é reafirmado em seus artigos. Oportunamente, conclamavam suas esperanças no progresso anunciado, via instrução, e apelavam para todos os patenses, convidando-os a fazerem parte da grande marcha educacional, privilegiando, para tanto, os estabelecimentos de ensino.

A educação da mocidade de Patos tem merecido de todos actualmente um particular cuidado, que a tem posto, como é de se esperar de cousa de tamanha importância, em um lugar de destaque. Além do Grupo Escholar, que vae funcionando regularmente com um elevado numero de alumnos, e alem de uma eschola particular com um regular numero de crianças de ambos os sexos, tendo annexa uma aula nocturna para o sexo masculino, com os cursos primario e secundario, acaba de ser fundado ultimamente um outro curso secundario. De tudo isto, desde logo se comprehende quanto empenho se tem empregado pela educação da nossa mocidade! Mas a fundação de muitos colégios, não quer dizer, por si só muito progresso intellectual. O que é preciso, o que é indispensável, é que o povo auxilie a esses institutos de educação, prestigiando-os, fazendo com que não desapareçam por falta de alumnos. Das columnas, portanto, do nosso jornalzinho, que se empenha deveras pelo aperfeiçoamento da nossa mocidade, fazemos um appello a todos os patenses para que concorram de qualquer modo pela duração dos nossos estabelecimentos de educação, fazendo delles a esperança do mais brilhante dos futuros que possa ter esta abençoada terra! (*O nosso progresso. O Riso*, Cidade de Patos, n. 33, 19 ago. 1917, p. 1).

As comemorações eram permeadas pelos ideais de civilidade da ordem e do progresso, sendo assim transformados em grandes e fervorosos espetáculos oferecidos pela população que, enaltecida, desfilava pela cidade aclamando a Pátria e abrilhantando os grandes acontecimentos. Nesse sentido, a Semana da Pátria era uma das principais datas festejadas, pois consubstanciava as ideias de nacionalismo e amor à pátria, verdadeiros ícones do ideal republicano. Assim, o 7 de setembro apresentava-se dessa maneira:

Encerrando as memoráveis comemorações da Semana da Pátria, realizou-se rumurosa, no dia 7, a grande parada dos estudantes desta cidade. Consoante programa previamente distribuído, às 7 horas da manhã, no pátio do grupo Escolar foi celebrada a missa de louvor pelo Revmo. Coadjuetor, Padre João Valim. Após a missa, serviu-se ligeiro lanche aos escolares, para imediatamente iniciar-se o grande desfile pelas ruas da cidade. Entre os acontecimentos de monta de nossa terra, o desfile do dia 7 constituiu um dos mais entusiásticos e deslumbrantes que a cidade já viveu e já sentiu. A banda de música "Olegário Maciel", executando hinos patrióticos, ocupou a frente do garloso desfile, ao rufar de tambores, sendo acompanhada pela nossa "linha de tiro", pelos reservistas, pelos alunos da Escola Normal Oficial local, pelos alunos do Grupo Escolar Marcolino de Barros e por grande massa de povo. Cada estabelecimento ou corporação empenhava a sua bandeira nacional, ladeada pela respectiva guarda de honra. Todos os escolares e professores traziam uma bandeirinha, formando uma profusão de bandeirinhas que se agitavam nas instantes de mais entusiasmo e garbo. Logo que o enorme desfile, que contava mais de 1500 escolares e mais de 3000 pessoas, defrontou o Paço Municipal, foi a Bandeira Nacional ali desfraldada por todas as altas autoridades presentes, ao som do hino nacional e em meio ao frêmeto patriótico da mocidade e do povo. [...] (*O grande e imponente desfile do dia 7 de setembro. O entusiasmo reinante entre os escolares. A vibração do povo. Os discursos.* Folha de Patos. Patos, 13 de setembro 1942. Ano II. n.º 73, p.1, continuação 4).

Os jornais também elucidavam as ideias educacionais vinculadas ao positivismo, elemento dinamogênico essencial aos preceitos do novo regime:

A instrução é a base do progresso; sem ella que desenvolve as faculdades pensantes de cada individuo ou cellula social; sem ella que faz o cidadão comprehender os misteres da vida e os deveres para com a sociedade; sem ella, enfim, que reveste o homem dos poderes para lucta quotidiana pelo viver, é impossível avaliar-se o benefício e prosperidade que possa trazer à nossa Pátria. [...] (*A Instrução no Brazil.* O Trabalho. Cidade de Patos (Minas), anno 1, n. 2, 27 ago. 1905, p. 1).

Ante essas breves análises acima (re)construídas, julgamos importante ressaltar que todas as estratégias usadas no período republicano eram ações planejadas; ações essas que objetivavam penetrar no imaginário popular, inculcando no povo um conjunto de representações que legitimavam valores republicanos, que criasse uma unidade nacional em prol de uma nação desenvolvida, aos moldes dos grandes países rumo ao progresso. Essas estratégias eram, portanto, mais um instrumento de doutrinação cívica.

## 5. Considerações finais

Portanto, vê-se que a análise do período proposto oferece a compreensão do ideário da elite dirigente do país. Com a implantação do Regime Republicano, ela tomou para si a responsabilidade de alcançar a passos largos o progresso da nação, usando como elementos de sustentação os princípios liberais de democracia e cidadania e os preceitos harmônicos do positivismo. Esses elementos iriam contribuir para disseminação dos ideais de civilidade e da ordem e progresso por todo o país.

Para atingir seus objetivos, esse segmento social precisa que os governantes reestruturassem a sociedade aos moldes do novo regime. Para tanto, deveriam criar um novo homem que em consonância com o novo tempo, contribuiria de maneira efetiva para a constituição de uma nação. Nesse sentido, o regime republicano fez da educação o instrumento ideal para amalgamar as massas, recrutando o povo, via instrução para a grande marcha em prol de desenvolvimento do país.

Este processo deveria propiciar o ajustamento social do indivíduo que, inserido em uma sociedade que buscava a ordem e o progresso, não poderia destoar da estampa harmônica que ilustrava a nação, sob pena de transformar-se em um grande mal, que deveria ser estirpado da sociedade, para não comprometer a harmonia vigente.

Entretanto, para que estas concepções educativas penetrassem no imaginário das pessoas e se transformasse em um corpus social, era necessária sua disseminação. Dessa forma, a imprensa apresenta-se como principal elemento propagador dos ideais republicanos. Nesse sentido, o pensamento divulgado pela imprensa patense ia de encontro aos setores dominantes nacionais, ao divulgar a necessidade de criação de escolas na região, enfatizando com caráter de urgência, a importância da instrução para o progresso da nação e chamando o povo para participar da condução do país em direção à modernidade.

Por fim, é preciso ressaltar que a imprensa reflete o pensamento de uma época e veicula, quase de maneira palpável, o ideário dos grupos governantes. As fontes apresentadas no tópico anterior são extremamente pertinentes para a História da Educação, pois os artigos citados permitem estabelecer uma aproximação entre educação escolar e imprensa, tendo nos discursos dos articulistas desses jornais o entendimento e a finalidade do fenômeno educacional. De posse das fontes e valendo-nos do referencial teórico que nos acompanhou na análise, conseguimos identificar os elementos propagadores dos ideais republicanos que, não raro, apresentam-se estrategicamente engendrados na sociedade brasileira, e que propunham o passo modernizador, valendo-se da instrução pública, tendo-a como assunto de Estado.

## 6. Referências bibliográficas

BAUSBAUM, Leôncio. *História sincera da república*. São Paulo: L.B., 1962.

BRITO, Maria Terezinha de. *A Escola Normal de Patos de Minas: 1932-1972. Na encruzilhada entre o novo e o velho*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de São Carlos, 1999. 211f.



CAMARGO, Ana Maria de Almeida. *A Imprensa Periódica como fonte para a História do Brasil*. São Paulo: Ed. da USP/ Rio de Janeiro: Kosmos, 1993.

CARVALHO, Carlos Henrique de. *República e Imprensa: as influências na concepção de educação do professor Honório Guimarães: Uberabinha, MG: 1905-1922*. Uberlândia: EDUFU, 2004. 123p.

CARVALHO, Maria Marta Chagas de. *Molde Nacional e Fôrma Cívica: higiene moral e trabalho no projeto da associação brasileira de educação (1924-1931)*. Bragança Paulista-SP: EDUSF, 1998. 506p.

CATANI, Denice Barbara. *A Imprensa Periódica Educacional: as revistas de ensino e o estudo do campo educacional*. Educação e Filosofia. Uberlândia, 115-130, jul./dez., 1996.

DURKHEIM, E. *Educação e sociedade*. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

FONSECA, Geraldo. *Domínios de pecuários e enxadachins: história de Patos de Minas*. Belo Horizonte: Inorabras, 1974. Coleções Especiais: Autores Patenses. 303p.

MELO, José Marques de. *Jornalismo Opinativo*. Petrópolis: Vozes, 1994.

NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. Rio de Janeiro: DP&A, 1974.

NÓVOA, Antônio. A imprensa de educação e ensino: concepção e organização do repertório português, in: *Educação em revista: a imprensa periódica e a história da educação*. São Paulo: Escrituras, 1997.

OLIVEIRA MELLO, Antônio de et al. *Uma história de exercício de democracia: 140 anos do Legislativo Patense*. Patos de Minas: Câmara Municipal de Patos de Minas, 2006. 556 p.: il.

PEIXOTO, Anamaria Casassanta. *Educação no Brasil: anos 20*. São Paulo: Loyola, 1983.

ROMANELLI, Otaíza. *História da Educação no Brasil (1930-1973)*. Petrópolis: Vozes, 1987.

XAVIER, Maria Elizabete S. Prado. *Capitalismo e escola no Brasil*. Campinas: Papirus, 1990.